



Número: **0807049-67.2020.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **13/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.412,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ (AUTOR)		FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29818473	13/04/2020 22:21	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
29818475	13/04/2020 22:21	<a href="#">PETIÇÃO EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ</a>	Outros Documentos
29818477	13/04/2020 22:21	<a href="#">1.0 bo e laudo medico_20200413194601</a>	Outros Documentos
29818478	13/04/2020 22:21	<a href="#">1.1 descricao cirurgica_20200413194905</a>	Outros Documentos
29818479	13/04/2020 22:21	<a href="#">1.2 prontuario_20200413195628</a>	Outros Documentos
29818480	13/04/2020 22:21	<a href="#">1.3 relatorio cirurgica_20200413195917</a>	Outros Documentos
29818481	13/04/2020 22:21	<a href="#">1.4 doc pessoal_20200413200126</a>	Outros Documentos
29818482	13/04/2020 22:21	<a href="#">1.5 procuracao e comprovante de residenc_20200413200619</a>	Outros Documentos
29818483	13/04/2020 22:21	<a href="#">GuiaCustas</a>	Outros Documentos
29818484	13/04/2020 22:21	<a href="#">PAGAMENTO PARCIAL</a>	Outros Documentos
29965638	17/04/2020 17:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Seguem em anexo Petição Inicial e documentos:



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA REGIONAL DE CAMPINA GRANDE – PB.**

**EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF/MF sob número 024.319.854-07 e Registro Geral sob o N.º 1713278 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Roberta Andrade C Pinto, bairro Quarenta, em Campina Grande - PB, CEP: 58416-135, representado por seus advogados signatários, com escritório profissional na Rua José Florentino Junior, n.º 136, Tambauzinho, João Pessoa-PB, fone (83) 98806-1234 e endereço eletrônico: [fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:fabio_maracaja@hotmail.com), vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA** em face de:

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031- 205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

**I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:**

A parte autora é hipossuficiente, não possui trabalho formal, vive da renda que auferir através da realização de trabalhos eventuais como autônomo, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, com base no que vaticina a Lei n.º 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça. Para comprovação da situação narrada, junta-se aos autos para apreciação de Vossa Excelência, declaração feita pelo autor, afirmando-se, desde já, a veracidade do que fora subscrito.

**II. DOS FATOS:**

A parte autora no dia 02/05/2019, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO), sofreu acidente de trânsito, onde conduzia a Moto (modelo HONDA TITAN, cor verde, ano 2003, de placa MMV-9566/PB), quando pilotava na Rua Rio de Janeiro, bairro Liberdade, Campina Grande-PB, o qual foi alvo de uma colisão com um veículo até o momento não identificado, onde o mesmo cruzou um giradouro na contramão vindo a atingir a parte autora.

☎ 83 98805-6654 / 98806-1234



[Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB



Posteriormente ao fato, o autor foi resgatado e encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande Dom Luiz Gonzaga Fernandes, onde foi diagnosticado com **Fratura múltiplas da perna com necrose de tecido de joelho e da perna direita, (CID 10 S 82.7 e T 34.7 )**, conforme Laudo Médico apresentado.

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimento cirúrgico de **Tratamento Cirúrgico de Fratura múltiplas da perna com necrose de tecido de joelho e da perna direita**, conforme se demonstra documentalmente.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **restou a parte autora uma acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar a perna, caminhar, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora sofreu séria fratura no membro inferior direito e contusão na região frontal, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais de maneira completa. Encontra-se parcialmente debilitado, sente dores, não movimenta a perna com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o autor até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **COMPREV PREVIDÊNCIA S/A**, atuando essa em nome daquela, intermediando os pedidos feitos em todo o país.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (**DPVAT/INVALIDEZ**), a parte autora teve seu pedido autuado com o número de sinistro **319044709**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada**.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o autor recebeu o valor de **R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

83 98805-6654 / 98806-1234



[Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB



Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.**

A parte autora permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no atropelamento, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o atropelamento, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que na tabela do seguro **DPVAT**, a porcentagem correspondente à **perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, corresponde a 70% do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais).**

Ademais, tendo em vista os danos sofridos pelo autor e os gastos com medicamentos e tratamentos de saúde diversos, vale quantificar a indenização devida ao autor na sua totalidade de R\$ 13.500,00

Sendo assim, documentalmente comprovada a perda anatômica do membro afetado, e os gastos referentes aos tratamentos pós-cirúrgicos, é devido ao autor ainda 47,5% do valor referente a lesão do teto máximo, ou seja, 47,5% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que totaliza aproximadamente a importância de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos) do valor que ficou faltando em referência aos 52,50% do que foi pago administrativamente, da importância de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro **DPVAT**, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

83 98805-6654 / 98806-1234

 [Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB



A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada *in verbis*:

*“O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).*

*A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.*

*O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.*

*Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.”*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal *in verbis*:

**Art. 3º** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

☎ 83 98805-6654 / 98806-1234

✉ [Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB



*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à parte autora:

**“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA. SUBLEVAÇÃO DA SEGURADORA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. CONFIGURAÇÃO. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. PROVA SATISFATÓRIA. INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ. OBSERVÂNCIA AO ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 6.194/74 E A SÚMULA Nº 474, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. COMPROVAÇÃO. DEDUÇÃO DO VALOR FIXADO À TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS CONFORME ART. 85, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTOS DO RECURSO. O art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, incluído pela Lei nº 11.945/09, impôs a necessidade de verificação da graduação da lesão decorrente do sinistro para fins de quantificação da indenização devida a título de seguro DPVAT – A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça – Restando demonstrado que o pagamento administrativo realizado pela seguradora não está em conformidade com o grau de invalidez comprovado nos autos, imperioso se torna a complementação da quantia paga, devidamente estabelecida na sentença de origem. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00206466320148152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 26/03/2018).**

*(TJ-PB – APL: 00206466320148152001 0020646-63.2014.815.2001, Relator: DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, Data de Julgamento: 26/03/2018, 4ª Vara Cível). ”*

Vejamos, também:

**“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FRATURA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E DEBILIDADE PERMANENTE. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. DESCONTO DO IMPORTE PAGO NA VIA ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO NO SALDO RESTANTE. REFORMA DA SENTENÇA EX OFFICIO, APENAS PARA ADEQUAR JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APELAÇÃO**

☎ 83 98805-6654 / 98806-1234

✉ [Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB





**DESPROVIDA.** – Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, deve ser aplicada a lei em vigor à época do sinistro, no caso a Lei nº 11.945/09, restando inequívoco, pois à luz de tal disciplina, que a perda parcial da função deambulatoria e outros movimentos da perna configuram invalidez permanente parcial incompleta, autorizando a aplicação proporcional da indenização, de acordo com o grau da lesão, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74. – ‘Na ação de cobrança visando a complementação do seguro DPVAT, o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso’ 1. Por sua vez, ‘Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação’. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 0000205692014815051, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 17-03-2016).

(TJ-PB – APL: 00002056920148150511 0000205-69.2014.815.0511, Relator: DES JOAO ALVES DA SILVA, Data de Julgamento: 17/03/2016, 4ª CÍVEL)”

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o autor com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

#### Súmula 474

**“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”**

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

#### ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
------------------------	------------

83 98805-6654 / 98806-1234



[Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB





	da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	70
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação	50

☎ 83 98805-6654 / 98806-1234



[Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB



(mudez completa) ou da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	<b>25</b>
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	<b>10</b>

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica**. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

#### IV. DOS PEDIDOS:

**ANTE O EXPOSTO**, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER**:

**4.1.** Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**

**4.2.** Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

**4.3.** Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;

**4.4.** Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

- 4.4.1. Que se declare devida à parte autora o pagamento da **complementação de indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), menos o valor pago administrativamente, qual seja, R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando assim, ao final, a importância de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).**
- 4.4.2. Condenar a ré ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso, no valor de **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).**

☎ 83 98805-6654 / 98806-1234



[Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB



- 4.4.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;.

**4.5.** Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.


**Dá se a causa o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).**

Termos em que,

pede deferimento.

Campina Grande-PB, 10 de abril de 2020.

**FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO**  
**OAB/PB 22.725**

 83 98805-6654 / 98806-1234

 [Fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:Fabio_maracaja@hotmail.com)

Rua José Florentino Junior, 136, sala 02, João Pessoa-PB





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 07574.01.2019.1.00.401**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 07574.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 08:50 horas do dia 09 de julho de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Ednaldo Rodrigues da Cruz**, CPF nº 024.319.854-07, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Motorista, filho(a) de Maria das Neves Rodrigues e Joao Jose da Cruz, natural de Campina Grande/PB, nascido(a) em 15/08/1975 (43 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Roberta Andrade C Pinto, bairro Quarenta, tendo como ponto de referência Posto Dalas, na cidade de Campina Grande/PB, telefone(s) para contato (83) 98888-0129.

**Dados do(s) Fatos:**

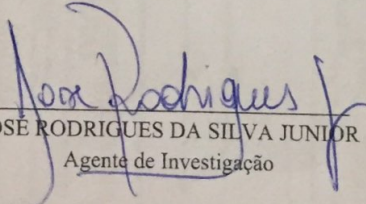
Local: Rua Rio de Janeiro, Escola Estadual Murilo Braga, Campina Grande/PB, bairro Liberdade; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 02/05/19 13:20h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

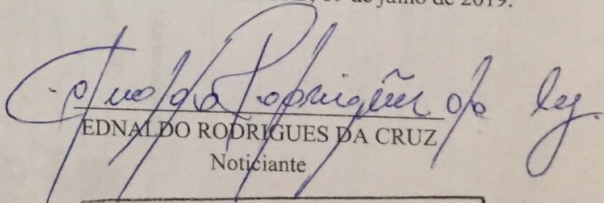
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

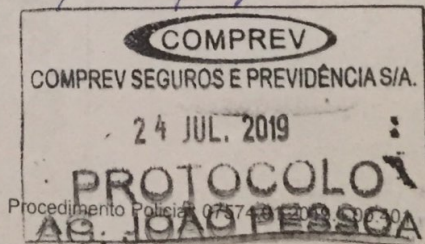
QUE NO DIA 02/05/2019, POR VOLTA DAS 13:20, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA HONDA TITAN DE COR VERDE, ANO 20003, PLACA MMV-9566/PB, CHASSI 9C2JC30103R251028, REGISTRADA EM NOME DE JOAO BATISTA MARTINS DE LIMA, NA RUA RIO DE JANEIRO, LIBERDADE, CAMPINA GRANDE/PB, QUANDO FOI ALVO DE UMA COLISÃO POR UM VEÍCULO ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO IDENTIFICADO, O QUAL CRUZOU UM GIRADOR NA CONTRAMÃO, VINDO A ATINGIR A MOTOCICLETA DESTA NOTIFICANTE; QUE FOI SOCORRIDO AO HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERDA DIREITA, COM PERDA MIOFASCIAL EM REGIÃO ANTERIOR DA TIBIA GRAVE, SENDO SUBMETIDO A PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, VINDO A SER REALIZADA AMPUTAÇÃO TRANSTIBIAL, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO DR. CRISMARCOS RODRIGUES DA SILVA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 09 de julho de 2019.

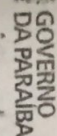
  
JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR  
Agente de Investigação

  
EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ  
Noticiante





20/05/2019



GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1887904

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES - CNPJ: 08.778.268/0038-52  
Av. Mai. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 02/05/2019  
Boleim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Francinivalva Almeida Torres

PACIENTE: EDNALDO RODRIGUES CEP: 58400002 Nascimento: 22/08/1979

DA CRUZ

Endereço: R. ROBERTA DE ANDRADE PINTO

Cidade: Campina Grande

Nome da Mãe: MARIA DAS NEVES RODRIGUES

Responsável: REGINALDO

Estado Civil: Casado(a) Data de Atendimento: 02/05/2019

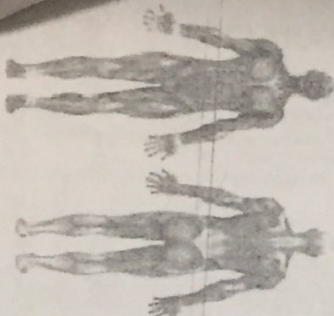
Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X CARRO Hora: 14:15:22

Médico:

CRM:

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)



1. Amputação
2. Fratura
3. Avulsão
4. Contusão
5. Crepitação
6. Dor
7. Edema
8. Empalramento
9. Enfisema subcutâneo
10. Emagamento
11. Equimose
12. F. Arma branca
13. F. Arma de fogo
14. F. Cortado
15. F. Cortante
16. F. Corto-contuso
17. F. Perfuro-contuso
18. F. Perfuro-cortante
19. Fratura fechada
20. Fratura exposta
21. Hematoma
22. Inguentamento
23. Laceração
24. Lesão térmica
25. Luxação
26. Morcixeira
27. Morcixeira
28. Objeto penetrante
29. Orifício
30. Pálida
31. Pálida
32. Pálida
33. Pálida
34. Pálida
35. Pálida
36. Pálida

COMPRÉV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A  
24 JUL. 2019  
PROTÓCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

HTCG-Painel Administrativo

EXAME PRIMÁRIO - DADO NÍCOS

Paciente verbaliza que há dor abdominal na região do umbigo - meio. Traço de peristaltismo. A - não há sinais de desidratação, nem vômitos nem febre.

B. HVE 2/1 RA

C. Sem sinais de choque

D. Glasgow 15

E. Não há exposição em membro inferior direito

ALERGIA: Neg

MEDICAMENTOS: Neg

PATOLOGIAS: Neg

EXAME FÍSICO

PUPILAS ( ) Fotorreagentes ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( )

Glasgow 15 PA 10x80 HGT: 150x21

RAIO X

RAIO X REALIZADO EM: 02/05/2019

EXAMES SOLICITADOS:

( ) Laboratoriais

( ) Gasometria arterial

( ) Tomografia Computadorizada

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: Ortopedia às : Dia : / /

Especialista: Ortopedia às : Dia : / /

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº PRESCRIÇÕES E CONDUTAS HORÁRIO REALIZADO

1	STO 91. 1000 mg, EV, 12h	
2	Diluição de 1g + AD EV 12h	
3	Diluição de 1g + AD EV 12h	
4	PARACETOL 1000 mg	
5		
6		

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

Med. Dr. Francinivalva Almeida Torres  
CRM: 15000





Número do Prontuário: 137873

DATA DA CIRURGIA: 14/05/2019

Número do Atendimento: 1887942 Clín: ORTOPEDIA 2 / Enf: EXTRA / Lei: 1

**DESCRIÇÃO CIRÚRGICA**

Nome do Paciente: EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ

Data da Internação: 02/05/2019

Atendimento: 1887942

Diagnostico Pré-Operatório: Fratura da tíbia D + ferimento externo de  
parte medial

Diagnostico Pós-Operatório: O membro

Cirurgia: LMC

Data da Cirurgia: 14/05/2019

Equipe:

Cirurgião: AMARO JORGE PINTO NETO

Aux 1: EULER FABRICIO ALVES CRUZ

Aux 2:

Aux 3:

Instrumentador: NORMA

Anestesista: FELIPE EMANUEL DE QUEIROZ FERREIRA

Tipo de anestesia: RAQUIANESTESIA

Relatório Imediato do Patologista:

Exame Radiológico no Ato: NÃO

Acidente Durante Operação: NÃO

Descrição da Operação:

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL HORIZONTAL SOB ANESTESIA;
2. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA + APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS;
3. LIMPEZA MECANICO-CIRURGICA COM IRRIGAÇÃO EXAUSTIVA COM SORO  
FISIOLÓGICO 0,9%;
4. DESBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS;
5. SUTURA POR APROXIMAÇÃO + CURATIVO.

OBS.: AO EXAME FÍSICO DO PÉ DIREITO FOI OBSERVADO CIANOSE, FRIO, PRESENÇA DE EXTENSA ÁREA NECRÓTICA COM EXPOSIÇÃO ÓSSEA E TENDÍNEA COM PULSO FORTE DE ARTÉRIA TIBIAL POSTERIOR. FOI SOLICITADO PARECER DO CIRURGIÃO VASCULAR, DR. RODRIGO, O QUAL ORIENTOU DESBRIDAMENTO E SOLICITOU ARTERIOGRAFIA.

Data 14/05/2019

Assinatura/Carimbo  
Euler Fabricio Alves CruzDr. Euler Fabricio A. Cruz  
MR ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 9907



Em caso patológico pela cirurgia geral,  
da cirurgia geral, segue as  
circunstâncias da ortopedia (fratura  
e pósteo em H.I.D.)

20: Nos euimor onro per n

1780-91h.

~~SC  
PRESIDENT  
8409~~

## DESTINO DO PACIENTE

( ) Centro cirúrgico

( ) Internação (setor)

( ) Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL

Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

Placenta viva de Alvimar unido com  
fatura em pasta plástica, apresentando sinais de vida e de  
Alvimar. Já aguçado. Assina de João da F. Alvimar  
já de boa. fatura exposta.

1) Marmiteo Impun givino varte  
2) Prostatin con 1500mg/200mg in forma  
e bonam etiam variata 1000 mg in forma  
suoio 1000mg in variata in 1000mg.

Dr. Rodolpho de Miranda  
Angiologia e Cirurgia Vascular  
CRM/SP 7281

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO

CBO

IDADE



25/05/2019



HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809  
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 03

HTCG-Painel Administrativo  
CNPJ: 08.778.268/0038-52  
Data: 25/05/2019  
NOME: Rodrigo Moraes Farias

GOVERNO  
DA PARAIBA

## LIBERAÇÃO DE LEITO

Nome do Paciente: EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ

Data da Internação: 02/05/2019

Data da Alta: 25/05/2019

Registro: 1887942

Tempo de Permanência: -18019

Diagnóstico Inicial: 0101040059

Diagnóstico Final: 0408050012

Principais Exames:

Cirurgia: Data:

Equipe:

Cirurgião:

Aux 1:

Aux 2:

Aux 3:

Aux 4:

Anestesista:

Medicamentos:

Infecção F.O:

Coleta de Material:

Bacteriologia:

Anatomopatológico:

**Resumo Clínico (História, Evolução, Terapêutica e Complicações):** Paciente vítima de acidente com fratura exposta de perna direita (já havia fratura prévia), com esmagamento, perda importante de substância e lesão vascular traumática (artérias distais). Na ocasião foi realizada fixação externa + embolectomia arterial de tibial posterior (conforme descrição cirúrgica). O paciente evoluiu com necrose extensa do pé e perna distal, a arteriografia evidenciou oclusão de artérias distais sem deságue adequado no pé (isquemia irreversível). Foi submetido em 23/05/19 a amputação em perna direita sem intercorrências.

**Orientações:** 1. Prescrito antibiótico para casa + Analgesia. 2. Curativo diário. 3. Retirar pontos após 10 a 15 dias.

Dieta:

**Medicações para Casa:** 1. Cefadroxila 500 mg VO 12/12h por 7 dias. 2. Lisador - 01 comprimido VO 6/6h se dor.

**CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:** LAVAR COM ÁGUA E SABÃO DUAS VEZES AO DIA. SE APRESENTAR FEBRE, DOR, VERMELHIDÃO OU INCHAÇO RETORNAR

10.1.1.148/projetohtcg/impressumalta.php?contar=1887942

Digitalizada com CamScanner





CNPJ: 10.848.190/0001-55

Data: 15/05/2019

Horas: 07:32:23

Médico (a) Diarista : Rodrigo Moraes Farias

GOVERNO  
DA PARAÍBA

## EVOLUÇÃO MÉDICA

Nome do Paciente :

do prontuário: 1887942

Paciente: EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ Idade: 039

Nome da Mãe: MARIA DAS NEVES RODRIGUES

Data de Nascimento: 22/08/1979

Sexo: M

Clinica: ORTOPEDIA 2

Cirurgia Realizada: Enfermaria: EXTRA

Leito: 1

Diagnóstico: FX EXPOSTA DE OSSOS DA PERNA DIREITA

### EVOLUÇÃO

DATA: 15/05/2019

HORA: 07:28:13

Paciente em PO de fratura exposta de ossos da perna (segunda fratura)  
Com perda de substância importante e esmagamento distal

Evolui com necrose extensa de pele e tecidos (desbridado ontem pela ortopedia)  
Cianose e hematoma em dorso do pé, região plantar perfundida  
Lesão extensa circunferencial (devascularizou o pé)

Ausência de pulso pedioso e presença de pulso TP.

CD:

1. Aguardo arteriografia para definir deságue circulatório do pé (alto risco de amputação)
2. Manter Clexane em dose plena (60 mg SC 12/12h).

ASSINATURA + CARIMBO  
Rodrigo Moraes Farias

Dr. Rodrigo Farias  
CRM-PB 6185

16/05/19

com Val

Paciente em PO de fratura de (M.D.)  
perda de substância e necrose distal.  
Alto risco de amputação  
Aguardando Amputação

Cristiano Cruz Barbosa  
CRM-PB 5441



#4

05

19

20h

## # vascular

Paciente com fratura de ossos da perna há 12 dias, submetido a sutura extensa de ferimento + fixação externa. (2ª fratura).

Evolui com área de sofrimento e necrose de pele. Pulso poplíteo amplo.

Pulso TP presente, TA ausente

cianose + ou hematoma ~~em~~ em dorso

do pé.

cd. 1) Sugiro desbridamento dos tecidos desvitalizados.

2) Solicito arteriografia para avaliar necessidade de intervenção cirúrgica vascular (12 dias de internação).

Dr. Rodrigo Fajás  
Cirurgião Vascular  
CRM-PB 6196





## # Cirurgia Vascular #

Paciente com história de fratura exposta com  
ferida de substância superficial em perna direita,  
no tarsometatarsiano submetido à embolização de  
artéria tibial posterior direita, com boa evolução no  
pré-operatório.

No momento, movimentos de membros inferiores  
reflexos melhora de boa, alimentando-se bem, sem  
sem profusão para trombose há 8 dias, boa perfusão  
extremidade.

- Cl. ① Heparina não funciona 5.000 UI, SC, 12/12h  
② Ceftriaxona aquecida local 1x/dia (alguma dor)  
③ Ceftriaxona com hidratação em 100ml/Litro, 1x/dia  
④ Sem indicação para intervenção vascular no  
momento. Observação de sinais de infecção

Dr. Rodolpho de Miranda  
Angiologia e Cirurgia Vascular  
CRM/PB 7281.



DICA

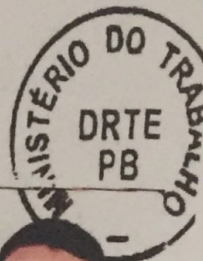
CNPJ: 10.848.15  
Data: 05/05/2019  
Hora: 08:48:34  
Módulo (a) Dinastia: E



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

2ª - VIA

Número 63707 Série 00079-PB



*Fabio Maracaja de Almeida Carneiro*  
ASSINATURA DO PORTADOR

16

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador:  
MARICLEIDE FERREIRA DA SILVA ME  
CNPJ: 24.052.930/0001-57  
Endereço: ALMIRANTE BARROSO Nº.: 478  
Bairro: QUARENTA UF: PB  
Município: CAMPINA GRANDE  
Esp. Estabelecimento:  
Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alime  
Cargo: MOTORISTA  
CBO: 782305  
FGTS: 01/03/2018

Data de Admissão: 01/03/2018

Folha/Livro nº.:

Remuneração Especificada:

R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por Mês

*Maricleide Ferreira da Silva*  
MARICLEIDE FERREIRA DA SILVA ME

COMPREV  
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.  
24 JUL. 2019  
PROTOCOLO  
JOÃO PESSOA

1º ..... 2º .....  
Data saída ..... de ..... de .....  
Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
1º ..... 2º .....  
Com. Dispensa CD Nº .....

Digitalizada com CamScanner





**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DAS CIDADES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**

**COMPREV**  
 COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.  
 24 JUL. 2019  
**PROTOCOLADO**  
**DE JOÃO PESSOA**

**NOME**  
**EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ**

**DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF**  
 1713278 SSP PB

**CPF** 024.319.854-07 **DATA NASCIMENTO** 15/08/1975

**FILIAÇÃO**  
 JOAO JOSE DA CRUZ  
 MARIA DAS NEVES  
 RODRIGUES

**PERMISSÃO** **ACC** **CAT. HAB.**  
 [Hatched Box] [Hatched Box] AB

**Nº REGISTRO** 03185238608 **VALIDADE** 21/01/2020 **1º HABILITAÇÃO** 24/11/1997

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
 1009123969

INTERPRINT LTDA

Scanned by CamScanner

Digitalizada com CamScanner





## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE(S):

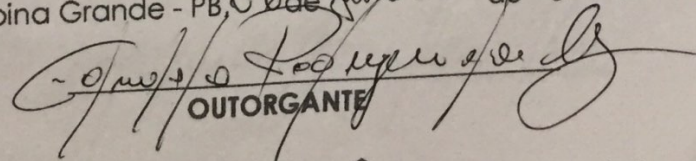
Edmundo Rodrigues da Cruz, Brasileiro, divorciado, Notário  
Inscrito no R.O. 17.13278. Portador do CPF: 024.318.854.  
07. Residente e domiciliado a Rua - Roberto de Andrade  
45, Jardim Duascentos - Campina Grande - PB.

**OUTORGADOS:** RENAN DE CARVALHO PAIVA, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 21.393, RUY NEVES AMARAL DA ROCHA, OAB/PB, nº 23.263; FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO, OAB/PB nº 22725 com endereço profissional sito na Av. Cel. Otto Feio da Silveira n 509, sala 202, Pedro Gondim, João Pessoa/PB.

**PODERES:** Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula "*ad iudicia et extra*", para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar documentos, solicitar e receber laudos e prontuários médico, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os termos do art. 105 da Lei 13.105/2015. Requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, o pagamento do sinistro, assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT.

Campina Grande - PB, 06 de Junho de 2019.

  
OUTORGANTE

☎ 83 3576-8728 / 98855-1045 / 987088728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.854/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA  
INFORME ESTE NÚMERO  
**MATRÍCULA**

701776(A)

REFERÊNCIA

MAI/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

EDNAI DO RODRIGUES DA CRUZ  
RUA ROBERTA ANDRADE C PINTO, 45 - QUARENTA CAMPINA  
GRANDE PB 58416-135

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	

018.001.320.1515.000

000

1

0

0

0

Hidrômetro

Data de instalação

Localização

Situação Água

Situação Esgoto

Y11X165554

17/01/2012

EXTERNO

CORTADO

LIGADO

ANTERIOR | ATUAL | CONSUMO (M3) | NUM DE DIAS | PROXIMA LEITURA  
1116 | 1124 | 8 | 29 | 02/06/2019

HIST. CONS./ANOR. LEIT. | QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.

ABR/2019	4	PARÂMETROS	EXIG.	ANÁLIS.	CONFORMES
MAR/2019	0	TURBIDEZ	0	0	0
FEV/2019	0	CLORO	0	0	0
JAN/2019	0	COL. TERHOT	0	0	0
DEZ/2018	0	COR	0	0	0
NOV/2018	0	COL. TOTAIS	0	0	0
MEDIA(M)	7	DADOS REFERENTES A: MAR/2019			

DATA DA IMPRESSÃO: 03/05/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:18:20

DESCRIÇÃO

CONSUMO

TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

8 M3

37,31

ESGOTO

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ESGOTO

8 M3

30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS L CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

16/05/2019

Total a Pagar:

R\$ 68,24



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CAGEPA



CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL


TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

EM CONFORMIDADE COM ART. 37 DA LEI 12.007/2009, INFORMAMOS QUE NÃO  
HÁ PENDÊNCIA OU FATURA VENCIDA PARA ESTA MATRÍCULA. ESTA DECLARAÇÃO  
SUBSTITUI A COMPROVAÇÃO DA QUITAÇÃO DAS FATURAS MENSAIS DOS  
DEBITOS ATÉ 31/12/2018, NÃO ABRANGENDO OS PARCELAMENTOS PENDENTES  
NAS FATURAS DE 2018.



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 002.0.20.00087/01
<b>Nº do Processo:</b> Comarca: Caapora			<b>Data de emissão:</b> 10/04/2020
<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			<b>Data de vencimento:</b> 30/04/2020
<b>Número da guia:</b> 002.2020.600087 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,74
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 517,40 <b>Promovente:</b> EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ - Taxa Judiciária: R\$ 96,19 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 614,94			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000063 149409283186 520200430004 202000087017 			<b>Valor final:</b> R\$ 614,94

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 002.0.20.00087/01
<b>Nº do Processo:</b> Comarca: Caapora			<b>Data de emissão:</b> 10/04/2020
<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			<b>Data de vencimento:</b> 30/04/2020
<b>Número da guia:</b> 002.2020.600087 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,74
<b>Promovente:</b> EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b>			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 614,94
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 614,94

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 002.0.20.00087/01
<b>Nº do Processo:</b> Comarca: Caapora			<b>Data de emissão:</b> 10/04/2020
<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			<b>Data de vencimento:</b> 30/04/2020
<b>Número da guia:</b> 002.2020.600087 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,74
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 517,40 <b>Promovente:</b> EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ - Taxa Judiciária: R\$ 96,19 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 614,94			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000063 149409283186 520200430004 202000087017 			<b>Valor final:</b> R\$ 614,94





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 002.2020.600087

**Data Vencimento:** 30/04/2020

**Data Emissão:** 10/04/2020

**Comarca:** Caapora

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

**Valor da Causa:** R\$ 6.412,50

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 517,40

**Taxa:** R\$ 96,19

**Total da Guia:** R\$ 613,59

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190444709**

**Vítima: EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ**

**Data do Acidente: 02/05/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ**

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 7.087,50

Dano Pessoal: Perda anatômica completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 70%) 52,50%

Valor a indenizar: 52,50% x 13.500,00 = R\$ 7.087,50

Recebedor: **EDNALDO RODRIGUES DA CRUZ**

Valor: **R\$ 7.087,50**

Banco: **237**

Agência: **000000493-6**

Conta: **000001022743-7**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





Poder Judiciário da Paraíba  
6ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0807049-67.2020.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

R. H.

*Defiro o pedido de justiça gratuita.*

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, **deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação**, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM e calcado no direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF).

Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Via digitalmente assinada deste decisum poderá servir como mandado.

Cumpra-se.

Campina Grande, 17 de abril de 2020.

Juiz(a) de Direito

